



UM PENSAR SOBRE A BRANQUITUDE EM UM CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NO CONTEXTO DO CORONAVÍRUS

Maria Auxiliadora de Almeida Arruda (IFMT) – maria.almeida@dmf.ifmt.edu.br

Júlio César Del Castanhel (IFMT) – juliocezardecastanhel@gmail.com

Claudia Cristina T. Grandizolli (IFMT) – claudiagrandizolli@hotmail.com

Maria Eduarda de A. Santos (UNEMAT) – maria.eduarda10@unemat.br

GT 15: RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO

Resumo:

Na direção de uma educação antirracista no contexto da crise do Coronavírus (Sars-CoV-2), este trabalho foi realizado no âmbito do grupo de pesquisa: Branquitude. Racismo. Desigualdades: interfaces com políticas públicas educacionais e as implicações no acesso à educação superior, com o objetivo de fazer uma reflexão crítica sobre os significados da branquitude percebidos por estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas ofertado pelo Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Avançado Diamantino. A metodologia utilizada contemplou uma abordagem qualitativa e entrevistas semiestruturadas com quatorze estudantes que compõem a turma do quinto semestre (2020/2), realizadas através do Google Meet devido ao isolamento social estabelecido como medida para enfrentamento à Covid-19. Constata-se que para os estudantes negros (pretos e pardos) a raça posiciona socialmente as pessoas e que ser branco significa ocupar o lugar simbólico da branquitude. Em contraposição, os estudantes brancos enxergam que a cor é resultado da genética e não do privilégio racial. E sob o discurso de que somos todos iguais, concebem que o problema é de classe social e não de cor. Diante disso, mostra-se necessária a reeducação das relações étnico-raciais nos cursos de formação inicial de professores, como recomendam as Diretrizes para Educação das Relações Étnico-Raciais.

Palavras-chave: Educação antirracista. Relações raciais. Ensino. Formação docente. Covid-19.

1 Introdução

A branquitude fez parte do pensamento de Frantz Omar Fanon - (1925-1961) psicanalista, intelectual anticolonial e ativista político nascido colônia francesa chamada de Martinica no Caribe - no contexto da dominação colonial pelo branco-europeu-colonizador, que tomou para si a condição de sujeito, ser humano e referência de humanidade. Para Fanon (2008), a opressão e o racismo como inerentes ao projeto de colonização, passaram a dominar subjetivamente os colonizadores e os colonizados, de maneira que o branco assume uma posição de poder e superioridade em relação ao não branco, ou seja, ao negro, que por sua vez, foi fixado a uma posição de não tão humano, portanto, de inferioridade. Esse complexo de inferioridade, conforme Fanon (2008), deu-se após um duplo processo: “- inicialmente econômico; - em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade” (FANON, 2008, p.28).

Deivison Mendes Faustino, mostra em seus estudos as contribuições de Frantz Fanon para os estudos de relações raciais no Brasil. Para esse autor, a análise sistemática dos textos fanonianos sugere que a relação branquitude, razão e racialização¹, se configura como um dos pilares da configuração teórica e seus desdobramentos têm influência em todas as demais reflexões. “Uma das consequências do colonialismo é a racialização da autopercepção humana, especialmente no que tange a nossa noção de razão e universalidade genérica” (FAUSTINO, 2014, p. 127). Desse modo, a branquitude é compreendida como a racialização do universal.

No Brasil, o sociólogo brasileiro Guerreiro Ramos, na década de 1950 vai mostrar que a branquitude estava sendo silenciada nos estudos das relações raciais brasileira porque a literatura antropológica e sociológica era composta por estudiosos brancos que centravam seus estudos apenas no negro. Diante disso, Guerreiro Ramos indagou: E o problema do branco nas relações raciais? O ato de tomar apenas o negro como tema, como assunto mostra uma contradição nos estudos raciais centrada no fato “da brancura ser dominante como critério de estética social” (RAMOS, 1957, p.171-172). Ademais, esse autor argumenta que, esses estudiosos brancos contribuíram mais para inferiorizar o negro, manter a idealização da brancura forjada na formação colonial da sociedade brasileira e silenciar a branquitude nas ciências sociais.

Esses estudiosos, dentre outros, contribuíram para os chamados estudos críticos sobre a branquitude, (critical whiteness studies) por fazerem uma inversão epistemológica, ou seja, um movimento de deslocamento do grupo social racializado como negro, indígena e outras populações não brancas, para o centro sobre o qual foi construída a ideia de raça, isto é, para o branco. Esses estudos argumentam que, a falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que essas desigualdades constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado, e, portanto, uma forma de impedir o avanço da luta por uma sociedade mais igualitária. Assim, esses estudos visam contribuir para a minimização da falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais (Bento, 2014).

Nessa perspectiva, a definição de branquitude e quem são os sujeitos que ocupam lugares sociais e subjetivos da branquitude está presente, também, em estudos na área da Psicologia

¹ A ideia de “racialização” ou “formação de raça” se baseia no argumento de que a raça é uma construção social e categoria não universal ou essencial da biologia. Raças não existem fora da representação. Em vez disso, elas são formadas na e pela simbolização em um processo de luta pelo poder social e político. O conceito de racialização refere-se aos casos em que as relações sociais entre as pessoas foram estruturadas pela significação de características biológicas humanas, de tal modo a definir e construir coletividades sociais diferenciadas (SILVÉRIO; TRINIDAD, 2012, p. 910).

Social iniciados na década de 1990 no Brasil. Assim, pesquisas realizadas por, Maria Aparecida Silva Bento, Iray Carone, Edith Piza, Fúlvia Rosemberg, Isildinha B. Nogueira, Lia Maria, P. B. Baraúna, Rosa Maria R. dos Santos, Lia Vainer Schucman, trazem novas possibilidades de investigação sobre a constituição da branquitude no Brasil, deslocadas da visão luso-tropicalista de Gilberto Freyre centrada no mito da democracia racial, bem como da literatura corrente escrita por brancos a respeito de negros no Brasil, conforme já enfatizado por Guerreiro Ramos. Como bem diz Bento (2014), evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio.

Bento (2020) argumenta que o pacto de silêncio da branquitude é de proteção do privilégio simbólico da brancura e de omissão, que por sua vez, contribui para a exclusão de todos os que não são brancos, sendo, por isso, um pacto de morte. Esse pacto se apresenta na crise do Coronavírus, pois a população negra, apesar de ser a mais prejudicada pela Covid-19 por fazer parte do grupo de risco por muitos fatores, pela condição econômica e financeira, por ser o grupo que precisa sair para a rua em busca dos recursos que nunca chegam e por estar em pequenas casas, são deixados por conta, pelas lideranças da economia, da saúde e da política brasileira (homens brancos). As soluções são encontradas pelos movimentos diários dos próprios negros na sociedade civil (BENTO, 2020).

E ainda, um importante estudo crítico da branquitude no Brasil é feito por Lourenço Cardoso, que propõe o conceito de branquitudes crítica e acrítica na realidade social brasileira. Cardoso (2017) argumenta que a branquitude é diversa, portanto, a branquitude crítica refere-se ao indivíduo ou grupo branco que é publicamente antirracista, apesar de não se autocriticar e questionar o seu poder e privilégio racial. No entanto, a branquitude acrítica refere-se a branquitude individual ou coletiva que não se considera racista porque a superioridade racial branca é de “nascença”. A branquitude acrítica mata sem se culpar porque o outro (o negro, o indígena) é inferior. O autor destaca que a sociedade e a academia precisam “problematizar o branco que se considera no direito de agredir, de matar o outro não branco simplesmente porque ele é branco e a branquitude lhe confere tal poder” (CARDOSO, 2017, p. 43).

Ademais, os significados da branquitude em uma sociedade constituída pelo racismo, como a brasileira, estão associados a uma posição de poder e privilégios materiais e simbólicos em que sujeitos “classificados socialmente como brancos recebem atributos e significados positivos ligados à identidade racial a que pertencem, tais como inteligência, beleza, educação, progresso, moralidade etc. (SCHUCMAN, 2020, p. 198). Ainda conforme essa autora, esse traço de superioridade contido na construção social da branquitude, produz significados ainda apropriados pelos sujeitos.

Assim, a branquitude se refere à forma como os sujeitos brancos se apropriam da categoria raça e do racismo na constituição de suas subjetividades e, ao se apropriarem, acreditam que “ser branco” determina características morais, intelectuais e estéticas dos indivíduos que os distinguem de outras construções racializadas (ARRUDA, 2020).

Como resultado do reconhecimento do racismo que constitui a nossa formação social, a reeducação das relações étnico-raciais é sugerida pela Lei 10.639, sancionada há 18 anos, altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, no âmbito de todo o currículo escolar. E, também, pelas Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, instituídas pela Resolução 01, de 17 de junho de 2004.

As diretrizes orientam que os cursos de formação de professores, precisam inserir nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos, a Educação das Relações Étnico-Raciais, de modo que, o seu cumprimento pelas instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento. Nesse sentido, a formação de professores precisa possibilitar a desconstrução do pensamento racista, a superação do etnocentrismo europeu e a construção de pedagogias e projetos pedagógicos desalienados que desvelem os mecanismos racistas, para promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes na sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, valorização das identidades e respeito aos direitos legais de todos os grupos sociais.

2 Metodologia

Este trabalho de abordagem qualitativa (LUDKE; ANDRÉ, 1986), foi desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa Branquitude. Racismo. Desigualdades: interfaces com políticas públicas educacionais e as implicações no acesso à educação superior, no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Avançado Diamantino, em Diamantino – Mato Grosso - MT, no ano de 2020/2 com a turma do sexto semestre ingressante no ano de 2018, composta por 14 estudantes.

Com o objetivo de fazer uma reflexão crítica sobre os significados da branquitude percebidos pelos estudantes, foram realizadas entrevistas semiestruturada, que se desenrolaram a partir de um roteiro básico de perguntas definidas previamente (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Foram entrevistados os quatorze estudantes do sexto semestre, via Google Meet por conta do

contexto da pandemia da Covid-19. Antes da entrevista os estudantes receberam por e-mail o termo de Consentimento Livre Esclarecido, que após lido foi assinado e encaminhado ao entrevistador.

Vale ressaltar que todos os integrantes do grupo de pesquisa que realizaram as entrevistas com os estudantes, também fazem o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Desse modo, considera-se esse processo de pesquisa um processo de formação étnico-racial, uma vez que, os estudos sobre a branquitude e o delineamento da pesquisa são realizados nas reuniões quinzenais do grupo de pesquisa praticados durante a pandemia da Covid-19.

O roteiro de perguntas envolveu questões para identificar idade, sexo e auto declaração de cor/raça dos entrevistados conforme as cinco categorias de classificação utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a saber: preta, parda, branca, indígena e amarela.

E, ainda, questões voltadas ao significado de ser branco: 1) Por que você se considera dessa cor/raça? 2) A cor/raça tem influência na vida das pessoas? Causa tratamento diferenciado? Se sim, em quais situações? 3) Você já sofreu algum tipo de discriminação por conta da sua cor dentro ou fora da escola? 4) Há alguma vantagem/privilégio em ser classificado como branco? Você já vivenciou alguma experiência nesse sentido?

A análise das respostas é centra nos estudos críticos da branquitude.

3 Resultados: uma análise dos significados da branquitude

Os Sou branco, quer dizer que tenho para mim a beleza e a virtude, que nunca foram negras. Eu sou da cor do dia [...] (FANON, 2008, p. 56).

Dentre os quatorze estudantes, dois autodeclararam-se como brancos e doze como não brancos (onze de cor/raça parda e um de cor/raça preta). Portanto, o sexto semestre é constituído por uma maioria de estudantes negros (pardos e pretos), e, predominantemente, por mulheres, sendo onze do sexo feminino e três do sexo masculino. A faixa-etária prevalente é de 20-30 anos e metade da turma tem origem em Diamantino – MT, cinco tem origem em outras cidades de MT e dois em outras regiões do Brasil (Sul e Sudeste).

Os estudantes entrevistados ao serem questionados sobre por que se consideram da cor/raça autodeclara, centram seus discursos em características fenotípicas transmitidas por seus pais e antepassados, ou seja, pela família. Os dois únicos estudantes brancos entrevistados ressaltam que a cor é resultado da genética e, um deles, aproveita para enfatizar a existência de

uma única raça humana. “Sou da cor branca pela genética, raça somos uma só, independente da nossa cor, somos todos iguais” (estudante de cor/raça autodeclara branca).

É pertinente analisar que pensar a cor/raça apenas como resultado da genética, ou seja, de um processo de transmissão de características físicas e biológicas dá a impressão de que as diferenças entre as pessoas se tratam de diferença genética. Como bem diz Peter Wade (2017), é como reconhecer que a base das diferenças entre as pessoas fosse genética e rejeitar a raça ainda que seja reescrita em termos como cor/raça e perfis genéticos, e, portanto, imbrincada nos elementos da cultura e da biologia.

A genômica contribuiu para mostrar que os seres humanos possuem 99,9% da mesma constituição genética, ou seja, de humanidade comum, contrariando a existência de raças biologicamente distintas, entretanto o racismo e a discriminação contra os mesmos grupos raciais que sofriam formas explícitas de racismo continuam na mesma intensidade ou tem aumentado, de maneira que a raça é uma construção social que responde aos marcadores construídos pela sociedade e pela cultura de seu tempo, lembrando que a cultura não substituiu completamente a dimensão biologizante do conceito de raça, por sua vez, substituído pelo conceito de população (WADE, 2017).

Para Guimarães (2003), raça é um conceito sociológico, ou seja, as raças são, cientificamente, uma construção social que posiciona socialmente as pessoas e devem ser estudadas por um ramo próprio da sociologia ou das ciências sociais, que trata das identidades sociais. A sociedade constrói discursos sobre sua origem e sobre a transmissão de essências entre gerações, de maneira que a raça, na Sociologia, é um discurso sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais e psicológicas. Ademais, a cor é o tropo da raça, ou seja, a classificação por cor é orientada pela ideia de raça e, portanto, a cor é uma categoria racial.

O meu argumento é o seguinte: “cor” não é uma categoria objetiva, cor é uma categoria racial, pois quando se classificam as pessoas como negros, mulatos ou pardos é a ideia de raça que orienta essa forma de classificação. Se pensarmos em “raça” como uma categoria que expressa um modo de classificação baseado na ideia de raça, podemos afirmar que estamos tratando de um conceito sociológico, certamente não realista, no sentido ontológico, pois não reflete algo existente no mundo real, mas um conceito analítico nominalista, no sentido de que se refere a algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida social (GUIMARÃES, 2003, p. 103-104).

No discurso sobre raça e cor, ser classificado como branco ainda significa ser mais civilizado, culto, mais apto ao trabalho e ao estudo, enfim, refere-se a mesma ideia de superioridade moral, ética e intelectual que havia no discurso do racismo biológico construído no século XIX. Portanto, o racismo, é parte de um dos traços unificadores da branquitude

(SCHUCMAN, 2020, p.133). Assim, é necessário compreender que ser branco é ocupar o lugar simbólico da branquitude, por sua vez, não é algo estabelecido por questões genéticas e sim pela posição do sujeito, ou seja, pelos lugares sociais que os sujeitos ocupam nas relações sociais. Ademais, conforme Schucman (2020), ser branco no Brasil remete a aparência, ao status e ao fenótipo. Nesse sentido, a branquitude significa uma posição em que os sujeitos que ocupam esta posição, são sistematicamente privilegiados no acesso a recursos materiais e simbólicos.

Talvez, quando os estudantes brancos entrevistados dizem que a cor é resultado da genética e que, independentemente da cor, existe uma única raça humana, indicando a ideia de que somos todos iguais, eles estão dizendo que são brancos e que a cor não diferencia as pessoas. E, quando eles dizem que a cor não causa diferenciação social, não estão se reconhecendo como parte essencial nas desigualdades raciais no Brasil. Como bem afirma Bento (2014), os brancos reconhecem as desigualdades raciais, só que não associam essas desigualdades raciais à discriminação por cor/raça, ao mesmo tempo em que as silenciam e mantem seu grupo protegido de avaliação, isso é um dos primeiros sintomas da branquitude.

Schucman (2020), ressalta que a branquitude é um dispositivo que produz desigualdades profundas entre brancos e não brancos no Brasil, em nossos valores estéticos e em outras condições cotidianas de vida, em que os sujeitos brancos exercem posições de poder sem tomar consciência deste *habitus* racista que perpassa toda a nossa sociedade (SCHUCMAN, 2020, p. 29).

Pode-se dizer ainda que, quando os estudantes brancos entrevistados dizem que a cor é resultado de questões genéticas, mas que, independentemente da cor, somos todos iguais, eles estão dizendo, que são brancos de nascença e, ao menos teoricamente, tem a igualdade como um valor. Isso remete a um pensar sobre o conceito de branquitudes, proposto por Lourenço (2017). Esse autor argumenta que a branquitude crítica/o branco crítico, não questiona o privilégio racial porque não consegue se enxergar, se autocriticar. “Em termos de valores sócio históricos e filosóficos, o branco crítico vive sob o signo da modernidade, a igualdade “em tese” é um desses valores” (LOURENÇO, 2017, p.37).

Ainda conforme esse autor, o branco crítico, desaprova o racismo mesmo que seja somente em público, do mesmo modo, não prega o ódio racial, pode ser sincero em sua relação de igualdade com o negro, mas pode também se relacionar hipocritamente com o mesmo. Ser branco é poder, logo a vantagem racial é uma característica das branquitudes. Entretanto, enquanto a branquitude acrítica potencializa diariamente o traço racista inerente à identidade

branca, a branquitude crítica pode desaprender as características racistas da branquitude (CARDOSO, 2017).

Ser branco não é uma condição definida por questões genéticas, mas por uma posição social de poder e privilégio. Nesse viés, dentre os estudantes entrevistados, a maioria afirmou perceber que a cor/raça tem influência na vida das pessoas e causa tratamento diferenciado, todavia, há que se destacar que os únicos estudantes brancos da turma do sexto semestre afirmaram que a cor/raça não tem influência na vida das pessoas e sim a condição socioeconômica.

“A cor ou a raça não tem influência, mas a diferença de classe econômica sim, principalmente em quesito da educação escolar a diferença é muito grande da rede particular para rede” (estudante de cor/raça branca).

Os entrevistados reconhecem a existência das desigualdades mas associam essas desigualdades à diferença de classe social, o problema é de classe e não de cor. Conforme Bento (2014), parece que há uma espécie de pacto de silêncio que impede os brancos de não reconhecerem o seu lugar nas relações raciais brasileiras, esse é um significado da branquitude. Ainda de acordo com Bento (2014) tentar diluir a questão racial analisando as desigualdades sociais apenas do ponto de vista da classe social é um tipo de busca de saída de emergência muito utilizada.

Bento (2020) argumenta que o pacto de silêncio da branquitude é de proteção do privilégio simbólico da brancura e de omissão, que contribui para a exclusão de todos os que não são brancos, por isso é um pacto de morte. E esse contexto se apresenta na crise do Coronavírus. Como exemplo, a população negra é a mais prejudicada pela contaminação pela Covid-19. O negro faz parte do grupo de risco por muitos fatores, pela condição econômica e financeira, por ser o grupo que precisa sair para a rua em busca dos recursos que nunca chegam e por estar em pequenas casas, mas são deixados por conta, pelas pessoas influentes que lideram a economia, a saúde e a política (homens brancos, com mais de 50 anos, viciados em uma maneira impulsionada pelo medo de lidar com poder e dinheiro e de pensar o Brasil majoritário que não é branco). As soluções são encontradas pelos próprios negros. Na imobilidade de grande verbosidade de quem está apenas debatendo o problema, há um movimento incrível de negros na sociedade civil buscando as próprias saídas para as suas dificuldades diárias de sobrevivência (BENTO, 2020).

Os estudantes negros entrevistados, ainda relatam situações em que já sofreram discriminação por conta da classificação racial como fator fenotípico. Alguns depoimentos exemplificam algumas circunstâncias: 1) Sim, já passei por situações de constrangimento ao

ser vigiado no mercado, ser chamado de preto na escola. 2) Quando se vai procurar um emprego a gente nota o julgamento pela aparência. 3) Já vivi situações de constrangimento com relação ao meu cabelo.

Ao serem questionados sobre se há alguma vantagem/privilegio em ser classificado como branco e se já vivenciou alguma experiência nesse sentido, as respostas indicaram a compreensão de não existência de privilégio racial por alguns estudantes brancos e pardos, todavia, o reconhecimento de que ser branco é uma posição de privilégio, predominou entre os estudantes entrevistados. As experiências vivenciadas demonstram o privilégio branco no acesso à educação, às profissões consideradas de maior prestígio, ao emprego, bem como aos julgamentos positivos construídos socialmente. Como exemplo, seguem algumas respostas:

“Não. Não tem nenhum privilégio em ser branco”. (Estudante, cor/raça autodeclara branca)

“Sim. Os brancos têm muito privilégio na questão cultural”. (Estudante, cor/raça autodeclara parda)

“Sim. Nos hospitais só tem médicos brancos”. (Estudante, cor/raça autodeclara parda)

“Sim. Dependendo da situação do local, define vaga de emprego”. (Estudante, cor/raça autodeclara parda)

“Sim. Já pode observar olhares de pessoas a quem tem a pele preta, muitas vezes com julgamentos achando que pelo fato de serem negros seriam bandidos”. (Estudante, cor/raça autodeclara preta)

“Sim. Pessoas brancas tem privilégio de não sofrer preconceito”. (Estudante, cor/raça autodeclara parda)

Essas vivências dos estudantes trazem à tona alguns dos significados da branquitude relacionados aos privilégios materiais e simbólicos que as pessoas consideradas brancas têm em relação às não brancas. Para Schucman (2020), isso significa que ser branco produz cotidianamente situações de vantagem em relação aos não brancos como mais facilidade no acesso à educação, à oportunidade de emprego, bem como a julgamentos sociais positivos. A autora ainda argumenta que esses privilégios não podem ser interpretados como um fator relacionado apenas a classe, mas também ao fator racial.

Nos últimos dez anos de seu trabalho sobre a branquitude, Ruth Frankenberg faz uma contribuição para a visibilidade ou marcação da branquitude, definindo oito pontos que indicam sua localização nas sociedades, que são estruturadas na dominação. São eles:

1) A branquitude é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial.

- 2) A branquitude é um “ponto de vista”, um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais.
- 3) A branquitude é um *locus* de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou “normativas”, em vez de especificamente raciais.
- 4) A branquitude é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe.
- 5) Muitas vezes, a inclusão na categoria “branco” é uma questão controvertida e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquitude são marcadores de fronteira da própria categoria.
- 6) Como lugar de privilégio, a branquitude não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas o modulam ou modificam.
- 7) A branquitude é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquitude têm camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis.
- 8) O caráter relacional e socialmente construído da branquitude não significa, convém enfatizar, que esse e outros lugares raciais sejam irreais em seus efeitos materiais e discursivos (FRANKENBERG, 2004, p. 312-313).

Entender, trazer à tona os significados da branquitude a partir da percepção de estudantes, além de possibilitar a compreensão de como a branquitude se faz presente, mesmo que silenciosamente, nas relações sociais brasileiras, permite pensar em um processo de formação inicial de professores, onde a reeducação das relações raciais possa acontecer de forma efetiva. Uma reeducação para o reaprender entre brancos e negros, de maneira que as representações sejam ressignificadas e que os estudantes brancos contextualizem e problematizem a branquitude enquanto uma posição de superioridade que lhe confere poder e privilégio material e simbólico, bem como o seu traço racista.

4 Considerações finais

A reflexão crítica sobre os significados da branquitude a partir da percepção dos estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, ofertado pelo Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Avançado, possibilitou compreender que para os estudantes negros a raça posiciona socialmente as pessoas e que ser branco é ocupar o lugar simbólico da branquitude. Em contraposição, os estudantes brancos enxergam que a cor é resultado da genética e não do privilégio racial. E sob o discurso de que somos todos iguais, concebem que o problema é de classe social e não de cor.

Nesse sentido, um estudo crítico dos significados da branquitude, contribui para a reeducação das relações étnico-raciais, o combate ao racismo e discriminação, o desenvolvimento do potencial crítico da branquitude, bem como, na construção de uma

sociedade antirracista, conforme recomendam as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais.

Assim, o estudo da branquitude em um contexto histórico, reconhecendo os modos pelos quais a identidade racial tem sido usada por ideólogos conservadores e acadêmicos críticos que procuram expandir a discussão da raça e poder, possibilita uma discussão crítica da branquitude como o referente dominante e seu legado histórico como força racial e opressiva, de maneira que ela seja teorizada, confrontada e discutida de forma mais dialética e crítica, a fim de que se reconheça seu potencial crítico. Assim, os educadores críticos podem levar os estudantes brancos a distinguir seu próprio modo de agir e lugar legítimo no interior da luta pela mudança social e por uma sociedade antirracista.

Dessa forma, uma pedagogia da branquitude desconstrói criticamente a qualificação do outro e da branquitude racial como parte de um discurso mais amplo de justiça racial. O espaço pedagógico precisa ler as representações contraditórias da branquitude como uma ideologia e um lugar de poder e privilégio, para que a branquitude possa se tornar pedagógica e permitir que os problemas da identidade racial sejam tratados a partir de uma conceituação nova.

5 Referências

ARRUDA, M. A. A. **Privilégio branco e a (im)possibilidade de implementação de políticas antirracistas: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso**. 2020. 145f. Tese (Doutorado), Universidade Federal de São Carlos, 2020.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Org.). **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 25-58.

_____. **A branquitude e o impacto do racismo na crise do Coronavírus**, 2020. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/direitos-humanos/26651/cida-bento>. Acesso em 30 de ago. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2004**. Brasília, 2003. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 8 de set. de 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/CNE 10/03/2004.

CARDOSO, L. A branquitude acrítica revisitada e as críticas. *In*: MULLER, T. M. P.; CARDOSO, L. (Orgs.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 33-50.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRANKENBERG, R. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron (Org.). **Branquidade**: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 307-338.

FAUSTINO, D. M. Frantz Fanon, a branquitude e a racialização: aportes introdutórios a uma agenda de pesquisas. In: MULLER, T. M. P.; CARDOSO, L. (Orgs.). **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 125-138.

GUIMARÃES, A. S. Como trabalhar com “raça” em Sociologia. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 29, n. 1, jan./jun. 2003, pp. 93-107.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

RAMOS, A. G. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “branco”, o “encardido” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2ª ed. São Paulo: Veneta, 2020.

SILVÉRIO, V. R.; TRINIDAD, C. T. Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo? **Edu. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 891-914, jul./set. 2012.

WADE, P. Raça e etnia na era da ciência genética. In: HITA, M. G. (Org.). **Raça, racismo e genética**: em debates científicos e controvérsias sociais. Salvador:EDUFBA, 2017. P. 83-98.